

TÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I – CRIMES CONTRA A VIDA..... 65

Ana Cláudia Bastos de Pinho e Michelle Barbosa de Brito

1. Introdução: pontuando a fala	65
2. Homicídio	67
2.1. Homicídio Simples (art. 121 <i>caput</i>)	73
2.1.1. Bem jurídico tutelado	73
2.1.2. Elemento subjetivo	74
2.1.3. Consumação e tentativa	75
2.1.4. Sujeitos do crime	76
2.1.5. Concurso de agentes	77
2.2. Homicídio privilegiado (art. 121 § 1º)	77
2.2.1. Motivo de relevante valor social ou moral	77
2.2.2. Crime praticado sob o domínio de violenta emoção	79
2.3. Homicídio qualificado (art. 121 § 2º)	80
2.3.1. Motivo torpe	81
2.3.2. Motivo fútil	82
2.3.3. Emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura, ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum	83
2.3.4. À traição, de embosca, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido	83
2.3.5. Para assegurar a execução, ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime	84
2.3.6. Femicídio: a falácia do discurso punitivista para a solução da violência de gênero	84
2.3.7. Homicídio contra pessoas que atuam na área da segurança pública	89
2.3.8. Pluralidade de circunstâncias qualificadoras	90
2.3.9. Homicídio qualificado-privilegiado	90
2.3.10. Homicídio qualificado e dolo eventual	91
2.4. Homicídio culposo (art. 121 § 3º)	91
2.5. Aumento de pena (art. 121 § 4º)	93
2.6. Perdão judicial (art. 121 § 5º)	95
2.7. Milícia privada ou grupo de extermínio (art. 121 § 6º)	96
3. Participação em suicídio ou em automutilação (CP, art. 122)	96

3.1.	Notas gerais: crime sui generis.....	97
3.2.	A conduta proibida.....	99
3.3.	Sujeitos do crime.....	101
3.4.	Esse crime admite a forma tentada?.....	101
3.5.	Participação em suicídio ou em automutilação e imputação objetiva.....	102
3.6.	Aumento de pena (CP, art. 122 §§ 3º, 4 e 5º) e afastamento do crime de participação em suicídio ou em automutilação (CP, art. 122 §§ 6 e 7º).....	104
3.7.	Ação penal	107
4.	Infanticídio	107
4.1.	Um homicídio especial: influência do estado puerperal	107
4.2.	Bem jurídico protegido: a vida extrauterina.....	109
4.3.	Consumação e tentativa	109
4.4.	Elemento subjetivo	110
4.5.	Sujeito ativo especial: e quando há concurso de pessoas? qual o crime do participante?	110
5.	Aborto	112
5.1.	Notas gerais e bem jurídico tutelado	112
5.2.	O aborto provocado pela própria gestante e a conduta da gestante de consentir com o abortamento	114
5.2.1.	Autoaborto e descriminalização: aportes político-criminais.....	114
5.2.2.	Sujeito ativo, elemento subjetivo e condutas punidas: crime próprio.....	115
5.3.	Aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante	116
5.4.	Aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante	117
5.5.	Causas de aumento de pena	117
5.6.	Aborto permitido	118
6.	Abortamento do feto anencefálico	119

CAPÍTULO II – DAS LESÕES CORPORAIS..... 121

Luciano Santos Lopes

1.	Introdução: o problema do método e a parte especial do Direito Penal	121
2.	Artigo 12 (Lesões Corporais)	125
2.1.	O bem jurídico tutelado no delito de lesão corporal	127
2.2.	O tipo objetivo da lesão corporal	129
2.3.	O tipo subjetivo da lesão corporal	131
2.4.	Formas qualificadas do delito de lesão corporal (lesões graves e gravíssimas)	131
2.5.	Preterdolo (lesões corporais seguidas de morte)	135
2.6.	Causas de diminuição de pena e de substituição de pena	136
2.7.	Lesões corporais culposas	137
2.8.	Causas de aumento de pena e a inovação trazida pela Lei 12.720/2012	139
2.9.	Causas de aumento de pena e a inovação trazida pela Lei 13.142/2015	140
2.10.	Lesões corporais e a violência doméstica.....	141
2.11.	Lesão corporal no Código Brasileiro de Trânsito.....	143
2.12.	A lesão corporal e outros crimes diversos: distinções e outras questões	145
2.12.1.	Lesão corporal e outros crimes contra a vida.....	146
2.12.2.	Lesão corporal e o capítulo III, título I, da parte especial do Código Penal	146
2.12.3.	Outras questões interessantes	147
2.13.	A aplicação dos princípios da insignificância e da adequação social	147
2.14.	Ação penal no delito de lesão corporal.....	149

CAPÍTULO III – DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE 151*Luciano Santos Lopes*

1. Considerações gerais: a questão do perigo no Direito Penal	151
2. Artigo 13 (perigo de contágio venéreo).....	155
3. Artigo 13 (perigo de contágio de moléstia grave).....	156
4. Artigo 13 (perigo para a vida e para a saúde de outrem).....	158
5. Artigo 13 (abandono de incapaz).....	160
6. Artigo 13 (exposição ou abandono de recém nascido)	161
7. Artigo 13 (omissão de socorro).....	163
8. Artigo 135-A (Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial - Incluído pela Lei nº 12.653 de 2012)	167
9. Artigo 13 (maus tratos).....	169

CAPÍTULO IV – DA RIXA 171*Luciano Santos Lopes***CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA HONRA 177***Paulo Queiroz e Lilian Coutinho*

1. Teoria geral	177
1.1. Imunidade parlamentar e outras	179
1.2. Honra objetiva e subjetiva?	181
1.3. Sujeito ativo e passivo	182
1.4. Dolo	185
1.5. Consumação e tentativa	185
1.6. Concurso de crimes.....	188
1.7. Ofensas equívocas.....	188
1.8. Ação Penal	188
1.9. Retratação	189
1.10. Causas de aumento de pena	189
1.11. Liberdade de expressão e a publicação de biografias – breve comentário sobre a ADI nº 4.815.....	190
1.12. Liberdade de expressão política e honra.....	191
2. Calúnia	192
2.1. Elementos constitutivos da calúnia	192
2.2. Crimes análogos à calúnia	195
2.3. Exceção da verdade	196
2.3.1. Exceção da verdade e o foro por prerrogativa de função	197
2.4. Ação penal	198
3. Difamação	199
3.1. Elementos constitutivos da difamação.....	199
3.2. Distinção entre calúnia e difamação	200
3.3. Exceção da verdade	200
3.4. Ação penal	202

4.	Injúria.....	202
4.1.	Conceito, espécies e elementos constitutivos	202
4.2.	Perdão judicial: provocação e retorsão	203
4.3.	Formas qualificadas de injúria: real e preconceituosa	204
4.4.	Ação penal	204
5.	Dos crimes contra a honra praticados por meio da internet.....	205

CAPÍTULO VI – DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL 207

Aldeleine Melhor Barbosa

1.	Constrangimento ilegal.....	207
1.1.	Considerações iniciais.....	207
1.2.	Sujeitos do crime.....	208
1.3.	Tipo objetivo e subjetivo	209
1.4.	Consumação e tentativa	212
1.5.	Majorantes	213
1.6.	Exclusão do crime	214
1.7.	Jurisprudência	215
2.	Ameaça.....	219
2.1.	Considerações iniciais.....	219
2.2.	Sujeitos do crime.....	220
2.3.	Tipo objetivo e subjetivo	220
2.4.	Consumação e tentativa	222
2.5.	Jurisprudência	223
3.	Sequestro e cárcere privado	225
3.1.	Considerações iniciais.....	226
3.2.	Sujeitos do crime.....	226
3.3.	Tipo objetivo e subjetivo	227
3.4.	Consumação e tentativa	228
3.5.	Qualificadoras	228
3.6.	Jurisprudência	230
4.	Redução a condição análoga à de escravo.....	232
4.1.	Considerações iniciais.....	233
4.2.	Sujeitos do crime.....	234
4.3.	Tipo objetivo e subjetivo	235
4.4.	Consumação e tentativa	236
4.5.	Majorantes	236
4.6.	Jurisprudência	236
5.	Tráfico de pessoas.....	240
5.1.	Considerações iniciais.....	241
5.2.	Sujeitos do crime.....	243
5.3.	Tipo objetivo e subjetivo	245
5.4.	Majorantes	249
5.5.	Causa de diminuição de pena	250
5.6.	Distinção entre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.....	251
5.7.	Jurisprudência	251
6.	Violação de domicílio	252

6.1.	Considerações iniciais.....	252
6.2.	Sujeitos do crime.....	253
6.3.	Tipo objetivo e subjetivo	254
6.4.	Consumação e tentativa	255
6.5.	Qualificadoras	255
6.6.	Excludentes	256
6.7.	Conceito de casa para efeitos penais.....	256
6.8.	Jurisprudência	258
7.	Violação de correspondência	264
7.1.	Considerações iniciais.....	265
7.2.	Sujeitos do crime.....	266
7.3.	Tipo objetivo e subjetivo	266
7.4.	Consumação e tentativa	269
7.5.	Majorante.....	270
7.6.	Qualificadora.....	270
8.	Correspondência comercial.....	271
8.1.	Considerações iniciais.....	271
8.2.	Sujeitos do crime.....	271
8.3.	Tipo objetivo e subjetivo	271
8.4.	Consumação e tentativa	272
9.	Divulgação de segredo.....	272
9.1.	Considerações iniciais.....	272
9.2.	Sujeitos do crime.....	273
9.3.	Tipo objetivo e subjetivo	274
9.4.	Consumação e tentativa	275
9.5.	Qualificadora.....	275
10.	Violação do segredo profissional	275
10.1.	Considerações iniciais.....	275
10.2.	Sujeitos do crime.....	276
10.3.	Tipo objetivo e subjetivo	277
10.4.	Consumação e tentativa	278
10.5.	Jurisprudência	278
11.	Invasão de dispositivo informático	279
11.1.	Considerações Iniciais	279
11.2.	Sujeitos do crime.....	280
11.3.	Tipo objetivo e subjetivo	280
11.4.	Qualificadora.....	281
11.5.	Majorante.....	281
11.6.	Consumação e tentativa	283
11.7.	Ação Penal	284

TÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I – DO FURTO	289
<i>Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira</i>	
1. Furto	289

1.1.	Considerações preliminares.....	289
1.2.	Bem jurídico tutelado	290
1.3.	Sujeitos do delito	290
1.4.	O tipo objetivo	291
1.4.1.	Do elemento normativo do tipo: “alheia”	293
1.5.	O elemento subjetivo do tipo.....	294
1.6.	O momento consumativo.....	295
1.7.	Classificação doutrinária	297
1.8.	Furto durante o período de repouso noturno	299
1.9.	Furto privilegiado ou furto mínimo	301
1.10.	Furto de energia: equiparação de energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico à coisa alheia móvel.....	304
1.11.	Furto qualificado.....	306
1.11.1.	Com a destruição ou rompimento de obstáculos	307
1.11.2.	Abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.....	309
1.11.3.	Com emprego de chave falsa	312
1.11.4.	Mediante concurso de duas ou mais pessoas	312
1.12.	furto com emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.....	314
1.13.	Furto de veículo automotor.....	315
1.14.	furto de semovente domesticável de produção	317
1.15.	furto de substâncias explosivas ou de acessórios.....	317
1.16.	Aspectos distintos.....	318
1.16.1.	Furto e exercício arbitrário das próprias razões.....	318
1.17.	A pena e a ação penal	319
1.18.	Crimes patrimoniais e a lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06).....	319
1.19.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	320
2.	Do delito de furto de coisa comum.....	321
2.1.	Considerações preliminares.....	321
2.2.	Bem jurídico tutelado e objeto material tutelado	321
2.3.	Sujeitos do delito	321
2.4.	A tipicidade objetiva e subjetiva.....	322
2.5.	Classificação doutrinária	323
2.6.	Do momento consumativo	323
2.7.	Da pena e da ação penal.....	323

CAPÍTULO II – DE ROUBO E DA EXTORSÃO 325

Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira

1.	Roubo.....	325
1.1.	Considerações preliminares.....	326
1.2.	Bem jurídico tutelado e objeto material	326
1.3.	Sujeito ativo e passivo	327
1.4.	A tipicidade objetiva e subjetiva.....	328
1.4.1.	A grave ameaça ou vis compulsiva	328
1.4.2.	A violência física ou <i>vis corporalis</i>	329
1.4.3.	Qualquer outro meio de redução da resistência.....	330
1.5.	O roubo impróprio.....	330

1.6.	Consumação e tentativa	332
1.7.	Classificação doutrinária	332
1.8.	O roubo majorado	333
1.8.1.	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma	334
1.8.2.	Se há concurso de duas ou mais pessoas	334
1.8.3.	Se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância	334
1.8.4.	Se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou para o exterior.....	335
1.8.5.	Se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade	336
1.8.6.	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios	337
1.8.7.	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma branca, arma de fogo ou arma de fogo de uso proibido ou restrito	337
1.8.8.	Se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	341
1.9.	O roubo qualificado pelo resultado	342
1.10.	Aspectos distintivos.....	344
1.10.1.	Roubo e Furto Qualificado pelo rompimento de obstáculo.....	344
1.11.	A pena e a ação penal	345
1.12.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	345
2.	Extorsão.....	345
2.1.	Considerações preliminares.....	346
2.2.	Bem jurídico tutelado e objeto material do delito.....	347
2.3.	Sujeito ativo e passivo	347
2.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	347
2.5.	O momento consumativo	350
2.6.	Classificação doutrinária	351
2.7.	Causas de aumento de pena	351
2.8.	Extorsão qualificada	352
2.8.1.	A extorsão qualificada pelo resultado.....	352
2.8.2.	O “sequestro relâmpago”	352
2.8.3.	Aspectos distintivos	354
2.9.	Pena e ação penal	355
2.10.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	356
3.	Extorsão mediante sequestro	356
3.1.	Considerações preliminares.....	356
3.2.	Bem jurídico tutelado	357
3.3.	Sujeitos do delito	358
3.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	358
3.5.	Classificação doutrinária.....	361
3.6.	Extorsão qualificada	361
3.7.	Colaboração premiada: causa de diminuição de pena.....	362
3.8.	O momento consumativo.....	363
3.9.	Aspectos distintivos.....	363
3.10.	Pena e ação penal	364
3.11.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	364

4.	Extorsão indireta.....	364
4.1.	Bem jurídico tutelado e objeto material do delito.....	364
4.2.	Sujeitos do delito	365
4.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	365
4.4.	Classificação doutrinária	366
4.5.	O momento consumativo.....	366
4.6.	Pena e ação penal	366
4.7.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	367

CAPÍTULO III – DA USURPAÇÃO..... 369

Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira

1.	Alteração de limites	369
1.1.	Considerações preliminares.....	369
2.	Alteração de limites	370
2.1.	Bem jurídico tutelado	370
2.2.	Sujeitos do delito	370
2.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	371
2.4.	O momento consumativo.....	372
2.5.	Classificação doutrinária	373
3.	Usurpação de águas	373
3.1.	Bem jurídico tutelado	373
3.2.	Sujeitos do delito	373
3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	373
3.4.	O momento consumativo.....	374
3.5.	Classificação doutrinária	374
4.	O esbulho possessório.....	375
4.1.	Bem jurídico tutelado	375
4.2.	Sujeitos do delito	375
4.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	375
4.4.	O momento consumativo.....	376
4.5.	Classificação doutrinária	377
5.	Pena e ação penal.....	377
6.	Supressão ou alteração de marca em animais	377
6.1.	Considerações preliminares.....	377
6.2.	Bem jurídico tutelado	378
6.3.	Sujeitos do delito	378
6.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	378
6.5.	Classificação doutrinária	380
6.6.	O momento consumativo.....	380
6.7.	Pena e ação penal	380
6.8.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	380

CAPÍTULO IV – DO DANO..... 381

Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira

1.	Dano.....	381
----	-----------	-----

1.1.	Considerações preliminares.....	381
1.2.	Bem jurídico tutelado	382
1.3.	Sujeitos do delito	382
1.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	383
1.5.	Classificação doutrinária.....	384
1.6.	Modalidades qualificadas	384
1.6.1.	Dano praticado com violência ou grave ameaça.....	385
1.6.2.	Dano praticado com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave	385
1.6.3.	Dano praticado contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos	386
1.6.4.	Dano praticado por motivo egoístico ou considerável prejuízo para a vítima.....	387
1.7.	O momento consumativo.....	387
1.7.1.	Aspectos distintivos	387
1.8.	Pena e ação penal	388
1.9.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	388
2.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	388
2.1.	Considerações preliminares.....	388
2.2.	Bem jurídico tutelado	389
2.3.	Sujeitos do delito	389
2.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	389
2.5.	Classificação doutrinária.....	390
2.6.	O momento consumativo.....	390
2.7.	Pena e ação penal	391
2.8.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	391
3.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	391
3.1.	Considerações preliminares.....	392
3.2.	Bem jurídico tutelado	392
3.3.	Sujeitos do delito	393
3.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	393
3.5.	Classificação doutrinária.....	394
3.6.	O momento consumativo.....	394
3.7.	Pena e ação penal	394
3.8.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	394
4.	Alteração de local especialmente protegido	395
4.1.	Considerações preliminares.....	395
4.2.	Bem jurídico tutelado	395
4.3.	Sujeitos do delito	395
4.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	395
4.5.	Classificação doutrinária.....	396
4.6.	O momento consumativo.....	397
4.7.	Pena e ação penal	397
4.8.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	397

CAPÍTULO V- DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA..... 399*Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira*

1. Apropriação indébita.....	399
1.1. Considerações preliminares.....	399
1.2. Bem jurídico tutelado	400
1.3. Sujeitos do delito	400
1.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	401
1.5. Classificação doutrinária	403
1.6. O momento consumativo.....	403
1.7. A apropriação indébita majorada.....	404
1.7.1. A coisa recebida em depósito necessário.....	404
1.7.2. Na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial	405
1.7.3. Em razão de ofício, emprego ou profissão.....	406
1.8. Aspectos distintivos.....	406
1.9. Pena e ação penal	407
1.10. Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	407
2. Apropriação indébita previdenciária	408
2.1. Considerações preliminares.....	408
2.2. Bem jurídico tutelado e objeto material do delito.....	409
2.3. Sujeito ativo e passivo	410
2.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	410
2.5. Classificação doutrinária	413
2.6. Figuras equiparadas.....	413
2.6.1. Inciso I.....	414
2.6.2. Inciso II.....	414
2.6.3. Inciso III	414
2.7. Aspectos distintivos.....	414
2.8. O momento consumativo.....	415
2.9. Da extinção de punibilidade	415
2.10. Perdão judicial ou multa	417
2.11. Pena e ação penal	418
2.12. Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	418
3. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	418
3.1. Bem jurídico tutelado e objeto material do delito.....	418
3.2. Sujeito ativo e passivo	418
3.3. Tipicidade objetiva e subjetiva	419
3.3.1. Modalidades equiparadas.....	419
3.3.2. O elemento subjetivo.....	420
3.4. Classificação doutrinária	421
3.5. O momento consumativo.....	421
3.6. Apropriação privilegiada	421
3.7. Pena e ação penal	421
3.8. Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	422

CAPÍTULO VI – ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES 423*Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira*

1.	Estelionato.....	423
1.1.	Considerações preliminares.....	424
1.2.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	424
1.3.	Sujeito ativo e passivo	425
1.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	425
1.5.	Classificação doutrinária	430
1.6.	O momento consumativo.....	430
1.7.	A forma privilegiada de estelionato	431
1.8.	Formas equiparadas.....	431
1.9.	Disposição de coisa alheia como própria	431
1.9.1.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	433
1.9.2.	Defraudação de penhor	434
1.9.3.	Fraude na entrega da coisa.....	435
1.9.4.	Fraude para o recebimento de indenização ou valor de seguro.....	435
1.9.5.	Fraude no pagamento por meio de cheque	436
1.9.6.	Estelionato contra idoso.....	438
1.9.7.	Aspectos distintivos	439
1.10.	Causa de aumento de pena.....	440
1.11.	Pena e ação penal	440
1.12.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	442
2.	Duplicata simulada	442
2.1.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	442
2.2.	Sujeito ativo e passivo	442
2.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	442
2.3.1.	Figura equiparada: falsificação ou adulteração da escrituração do livro de registro de duplicatas	444
2.4.	Classificação doutrinária.....	444
2.5.	O momento consumativo.....	444
2.6.	Pena e ação penal	445
2.7.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	445
3.	Abuso de incapazes.....	445
3.1.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	445
3.2.	Sujeito ativo e passivo	445
3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	446
3.4.	Classificação doutrinária.....	448
3.5.	O momento consumativo.....	448
3.6.	Pena e ação penal	448
4.	Induzimento à especulação.....	448
4.1.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	448
4.2.	Sujeito ativo e passivo	449
4.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	449
4.4.	Classificação doutrinária.....	450
4.5.	Momento consumativo	450

4.6.	Pena e ação penal	450
4.7.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	451
5.	Fraude no comércio	451
5.1.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	451
5.2.	Sujeito ativo e passivo	451
5.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	452
5.3.1.	Modalidades qualificadas	453
5.3.2.	Forma privilegiada.....	454
5.4.	Classificação doutrinária	454
5.5.	O momento consumativo.....	454
5.6.	Aspectos distintivos.....	454
5.7.	Pena e ação penal	455
5.8.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	455
6.	Outras fraudes.....	455
6.1.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	455
6.2.	Sujeito ativo e passivo	455
6.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	456
6.4.	Classificação doutrinária	457
6.5.	O momento consumativo.....	457
6.6.	Pena e ação penal	457
6.7.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	457
7.	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	457
7.1.	Considerações preliminares.....	458
7.2.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	459
7.3.	Sujeito ativo e passivo	459
7.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	459
7.5.	Do caráter subsidiário do crime em comento.....	461
7.6.	Figuras equiparadas.....	461
7.6.1.	Fraude sobre as condições econômicas de sociedades por ações.....	461
7.6.2.	Falsa cotação de ações ou de outros títulos	462
7.7.	Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres da sociedade	463
7.7.1.	Compra e venda ilegal de ações em nome da sociedade	464
7.7.2.	Caução de ações da própria sociedade	465
7.7.3.	Distribuição de lucros ou dividendos fictícios.....	465
7.7.4.	Aprovação fraudulenta de conta ou parecer	466
7.7.5.	Os crimes cometidos pelo liquidante.....	467
7.7.6.	Crimes cometidos pelo representante da sociedade estrangeira	467
7.8.	Classificação doutrinária.....	467
7.9.	O crime cometido pelo acionista.....	467
7.10.	Pena e ação penal	468
7.11.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	468
8.	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	468
8.1.	Considerações preliminares.....	468
8.2.	Bem jurídico tutelado	469
8.3.	Sujeito ativo e passivo	469
8.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	469

8.5.	Classificação doutrinária.....	470
8.6.	O momento consumativo.....	470
8.7.	Pena e ação penal.....	470
8.8.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	470
9.	Fraude à execução.....	470
9.1.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	470
9.2.	Sujeito ativo e passivo.....	470
9.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	471
9.4.	Classificação doutrinária.....	472
9.5.	O momento consumativo.....	472
9.6.	Pena e ação penal.....	472
9.7.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	472

CAPÍTULO VII – RECEPÇÃO 473

Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira

1.	Recepção.....	473
1.1.	Considerações preliminares.....	474
1.2.	Bem jurídico e objeto material do delito.....	474
1.3.	Sujeito ativo e passivo.....	474
1.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva: <i>caput</i>	474
1.5.	Recepção própria.....	475
1.6.	Recepção imprópria.....	476
1.7.	Aspectos comuns.....	476
1.8.	Recepção qualificada.....	478
1.9.	Classificação doutrinária.....	480
1.10.	Recepção culposa.....	480
1.11.	O momento consumativo.....	481
1.12.	Autonomia da recepção em relação à elucidação ou punição do crime de que proveio a coisa.....	482
1.13.	Causa de aumento de pena.....	482
1.14.	Pena e ação penal.....	482
1.15.	Breve cotejamento com o PLS 236/2012.....	483
2.	Recepção de animal.....	483
2.1.	Considerações preliminares.....	483
2.2.	Bem jurídico tutelado.....	483
2.3.	Sujeitos do delito.....	483
2.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	483
2.5.	Classificação doutrinária.....	484
2.6.	Pena e ação penal.....	484

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS 485

Gamil Föppel e Gabriel Dalla Favera de Oliveira

1.	Considerações preliminares.....	485
2.	Imunidade penal absoluta.....	485

3. Imunidade penal relativa	487
4. Cláusulas excepcionais	488

TÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL 491

Denival Francisco da Silva

1. Introdução	491
2. Análises dos tipos previstos no código penal.....	492
2.1. O bem jurídico da propriedade imaterial: violação de direito autoral.....	493
2.2. Elementos objetivos, subjetivos e competência.....	494
2.3. A comercialização de produtos não originais	495
2.4. Condutas atípicas.....	497
2.5. Da necessidade da intervenção penal	498
2.6. Consumação e tentativa, sujeitos e classificação	499
3. Ação penal e sua titularidade.....	499

TÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO 503

Denival Francisco da Silva

1. A dependência e os conflitos entre capital e trabalho	503
2. O trabalho na perspectiva da constituição federal de 1988	504
3. Da proteção à liberdade de trabalho no código penal.....	506
4. As relações de trabalho no século xxi: as novas formas de escravidão	508
5. Intervenção penal para proteção dos bens jurídicos tutelados aos crimes contra a organização do trabalho.....	513
5.1. Incidência do princípio da insignificância sobre os Crimes Contra a Organização do Trabalho	513
5.2. Da possibilidade de exclusão destas descrições típicas como modalidades próprias	514
6. Competência para processar e julgar, e natureza da ação penal.....	515
7. O problema nuclear dos tipos descritos neste título	518
8. Concurso de crimes	519

CAPÍTULO 2 ANÁLISE DOS TIPOS PENAIIS 521

Denival Francisco da Silva

1. Atentado contra a liberdade de trabalho.....	521
1.1. Conceito e sujeitos do crime.....	521
1.2. Elementos objetivos e subjetivos	522
1.3. Consumação e tentativa, e classificação	522
2. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	523
2.1. Conceito e sujeitos do crime.....	523

2.2.	Elementos objetivos e subjetivos	524
2.3.	Consumação e tentativa, classificação	524
3.	Atentado contra a liberdade de associação	525
3.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	525
3.2.	Elementos objetivos e subjetivos	525
3.3.	Consumação e tentativa, classificação	526
4.	Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.....	526
4.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	526
4.2.	Críticas sobre a descrição típica e sua descriminalização	526
5.	Paralisação de trabalho de interesse coletivo	528
5.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	528
5.2.	Críticas sobre a descrição típica e sua descriminalização	528
6.	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. sabotagem.....	529
6.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	530
6.2.	Elementos objetivos e subjetivos	530
6.3.	Consumação e tentativa, classificação	530
7.	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	531
7.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	531
7.2.	Elementos objetivos e subjetivos	533
7.3.	Causa de aumento de pena.....	533
7.4.	Consumação e tentativa, classificação	533
8.	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	534
8.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	534
8.2.	O tipo penal diante da Constituição de 1988.....	534
9.	Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	535
9.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	535
9.2.	Elementos objetivos e subjetivos	536
9.3.	Consumação e tentativa, classificação	536
10.	Aliciamento para o fim de emigração	537
10.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	537
10.2.	Elementos objetivos e subjetivos	538
10.3.	Consumação e tentativa, classificação	538
11.	Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	539
11.1.	Conceito e sujeitos do crime.....	539
11.2.	Elementos objetivos e subjetivos	540
11.3.	Causa de aumento de pena.....	540
11.4.	Consumação e tentativa, classificação	540

TÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	545
<i>Giovane Santin</i>	
1. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	545

1.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	545
1.2.	Tipo objetivo	546
1.3.	Tipo subjetivo	548
1.4.	Consumação e tentativa	548
1.5.	Causa de aumento de pena	549
1.6.	Ação penal	549

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS..... 551

Giovane Santin

1.	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	551
1.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	551
1.2.	Tipo objetivo	551
1.3.	Tipo subjetivo	552
1.4.	Consumação e tentativa	552
1.5.	Ação penal	553
2.	Violação de Sepultura	553
2.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	553
2.2.	Tipo objetivo	553
2.3.	Tipo subjetivo	554
2.4.	Consumação e tentativa	554
2.5.	Ação penal	555
3.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	555
3.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	555
3.2.	Tipo objetivo	555
3.3.	Tipo subjetivo	556
3.4.	Consumação e tentativa	556
3.5.	Ação penal	556
4.	Vilipêndio a cadáver	557
4.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	557
4.2.	Tipo objetivo	557
4.3.	Tipo subjetivo	557
4.4.	Consumação e tentativa	558
4.5.	Ação penal	558

TÍTULO VI – DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO..... 561

Paulo Queiroz e Lillian Coutinho

1.	Introdução	561
2.	Os tipos que criminalizam a intermediação da prostituição adulta são inconstitucionais	566
3.	Teoria geral dos crimes contra a liberdade sexual e contra vulnerável	567
3.1.	Introdução	567
3.2.	Bem jurídico protegido	569
3.3.	Consentimento válido do ofendido.....	570

3.3.1. O consentimento do adolescente nos crimes sexuais	570
3.4. Os crimes contra a dignidade sexual são dolosos.....	571
3.5. Elementos subjetivos do tipo?	572
3.6. O estupro é o tipo fundamental.....	573
3.7. Os crimes contra a liberdade sexual e contra vulnerável são comissivos.....	574
3.8. Os crimes contra liberdade sexual e contra vulnerável são comuns	574
3.9. Ação penal	574
3.10. Causas de aumento de pena	575
3.10.1. Estupro Coletivo (CP, art. 226 inciso IV, alínea “a”).....	575
3.10.2. Estupro Corretivo (CP, art. 226 inciso IV, alínea “b”).....	576
CAPÍTULO 1 - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	577
1. Estupro.....	577
1.1. Definição legal e elementos constitutivos	577
1.2. Configuração de ato libidinoso típico	580
1.3. Princípio da insignificância	581
1.4. Consumação e concurso de crimes.....	583
1.5. Concurso de crimes no STJ	583
1.6. Formas qualificadas	586
1.7. Causas de aumento de pena	587
1.8. Estupro e atentado violento ao pudor a partir da Lei nº 12.015 2009	587
1.9. Estupro “virtual”	588
1.10. Ação penal	589
2. Violação sexual mediante fraude	589
3. Importunação sexual.....	592
3.1. Considerações gerais.....	592
3.1.1. Revogação da contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor.....	593
3.2. Tipo penal objetivo e subjetivo	594
3.3. Sujeito ativo e sujeito passivo	596
3.4. Causas de aumento de pena	596
3.5. Aspectos processuais	597
3.6. O beijo lascivo	597
4. Assédio sexual.....	598
CAPÍTULO 2 - DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL	603
1. Registro não autorizado da intimidade sexual	603
1.1. Considerações gerais.....	603
1.2. Tipo penal objetivo e subjetivo	604
1.2.1. Figura equiparada	605
1.3. Sujeito ativo e sujeito passivo	605
1.4. Classificação	605
1.5. Causas de aumento de pena	606
1.6. Aspectos processuais	606
CAPÍTULO 3 - DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	607
1. Estupro de vulnerável.....	607
1.1. Considerações gerais.....	607

1.2.	Elementos do tipo	608
1.3.	Casos de vulnerabilidade	609
1.3.1.	Menor de 1 anos	610
1.3.2.	Portador de transtorno mental.....	610
1.3.3.	Ofendido impossibilitado de oferecer resistência.....	612
1.4.	Caráter relativo da vulnerabilidade.....	612
1.5.	Elementos constitutivos do tipo: caráter acidental da violência ou grave ameaça.....	614
1.6.	Profissional de saúde como autor	616
1.7.	Princípio da insignificância	616
1.8.	Qualificadoras e causas de aumento de pena	617
2.	Corrupção de menores	618
3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	620
4.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	622
5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.....	625
5.1.	Considerações gerais.....	625
5.2.	Bem jurídico protegido	627
5.3.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	627
5.4.	Classificação	630
5.5.	Causas de aumento de pena	631
5.5.1.	Relação íntima de afeto	631
5.5.2.	Com fim de vingança ou humilhação.....	631
5.5.3.	Outras causas de aumento de pena	632
5.6.	Excludente de ilicitude	632
5.7.	Aspectos processuais	633
5.7.1.	Ação Penal e Competência.....	633
5.7.2.	Suspensão condicional do processo.....	634
5.8.	Da remoção do conteúdo divulgado.....	634
CAPÍTULO 4 – DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL		637
1.	Legitimidade da incriminação	637
1.1.	Inconstitucionalidade dos tipos que criminalizam a intermediação da prostituição adulta (lenocínio).....	641
1.2.	Bem jurídico tutelado	642
1.3.	Consentimento do ofendido.....	642
1.4.	Classificação e ação penal.....	643
2.	Mediação para servir a lascívia de outrem	643
2.1.	Elementos constitutivos.....	643
2.2.	Formas qualificadas	645
3.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	645
4.	Casa de prostituição	646
5.	Rufianismo.....	649
6.	Promoção de migração ilegal.....	650
6.1.	Considerações gerais.....	651
6.1.1.	Da promoção de migração ilegal e do tráfico de pessoas (CP, art. 149-A).....	652

6.1.2. Da promoção de migração ilegal e do reingresso de estrangeiro expulso (CP, art. 338)	652
6.2. Bem jurídico protegido	653
6.3. Sujeito ativo e sujeito passivo	653
6.4. Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	654
6.4.1. Figura equiparada	656
6.5. Classificação	656
6.6. Causas de aumento	657
6.7. Concurso material obrigatório	658
6.8. Aspectos processuais	658
CAPÍTULO 5 – DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	659
1. Ato obsceno	660
2. Escrito ou objeto obsceno	662

TÍTULO VII – DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO.....	667
<i>Giovane Santin</i>	
1. Bigamia	667
1.1. Objeto jurídico e sujeitos do crime	667
1.2. Tipo objetivo e exclusão do crime	669
1.3. Tipo Subjetivo	671
1.4. Concurso de crimes.....	671
1.5. Consumação e tentativa	672
1.6. Ação penal	672
2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	672
2.1. Objeto jurídico e sujeitos do crime	673
2.2. Tipo objetivo	673
2.3. Tipo subjetivo	674
2.4. Consumação e tentativa	674
2.5. Ação penal	675
3. Conhecimento prévio de impedimento.....	675
3.1. Objeto jurídico e sujeitos do crime	675
3.2. Tipo objetivo	675
3.3. Tipo subjetivo	676
3.4. Consumação e tentativa	676
3.5. Ação penal	676
4. Simulação de autoridade para celebração de casamento	676
4.1. Objeto jurídico e sujeitos do crime	677
4.2. Tipo objetivo	677
4.3. Tipo subjetivo	677
4.4. Consumação e tentativa	678
4.5. Ação penal	678

5.	Simulação de casamento	678
5.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	678
5.2.	Tipo objetivo	679
5.3.	Tipo subjetivo	679
5.4.	Consumação e tentativa	679
5.5.	Ação penal	680

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO..... 681

Giovane Santin

1.	Registro de nascimento inexistente	681
1.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	681
1.2.	Tipo objetivo	682
1.3.	Tipo subjetivo	682
1.4.	Consumação e tentativa	682
1.5.	Ação penal	682
2.	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	682
2.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	683
2.2.	Tipo objetivo	683
2.3.	Parto suposto	683
2.4.	Registrar filho alheio como próprio	684
2.5.	Ocultação ou Substituição de recém-nascido	684
2.6.	Tipo subjetivo	685
2.7.	Consumação e tentativa	685
2.8.	Crime privilegiado e perdão judicial	685
2.9.	Ação penal	686
3.	Sonegação de estado de filiação	686
3.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	686
3.2.	Elemento objetivo	686
3.3.	Elemento subjetivo	687
3.4.	Consumação e tentativa	687
3.5.	Ação penal	687

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR..... 689

Giovane Santin

1.	Abandono material.....	689
1.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	689
1.2.	Tipo objetivo	690
1.3.	Tipo subjetivo	691
1.4.	Consumação e tentativa	692
1.5.	Ação penal	692
2.	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	692
2.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	693
2.2.	Tipo objetivo	693
2.3.	Tipo subjetivo	694
2.4.	Consumação e tentativa	694
2.5.	Ação penal	694

3.	Abandono intelectual	694
3.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	694
3.2.	Tipo objetivo	695
3.3.	Tipo subjetivo	695
3.4.	Consumação e tentativa	695
3.5.	Ação penal	695
4.	Artigo 247	695
4.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	696
4.2.	Tipo objetivo	696
4.3.	Tipo subjetivo	697
4.4.	Consumação e tentativa	698
4.5.	Ação penal	698

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA, OU CURATELA 699

1.	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	699
1.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	699
1.2.	Tipo objetivo	699
1.3.	Tipo subjetivo	700
1.4.	Consumação e tentativa	701
1.5.	Ação penal	701
2.	Subtração de incapazes	701
2.1.	Objeto jurídico e sujeitos do crime	701
2.2.	Tipo objetivo	702
2.3.	Tipo subjetivo	702
2.4.	Consumação e tentativa	702
2.5.	Ação penal	703

TÍTULO VIII – DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO..... 707

Marcus Mota Moreira Lopes

1.	Conceitos de bem jurídico e incolumidade pública	707
2.	Teorias sobre o perigo penalmente protegido	710
3.	Formas de perigo concreto e perigo abstrato.....	712
4.	Classificação do código penal.....	715

CAPÍTULO I – DOS CRIMES DE PERIGO COMUM..... 719

1.	Incêndio	719
1.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	719
1.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	721
1.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	725
1.4.	Formas majoradas e crime culposos.....	726
1.5.	Consumação e tentativa	730

1.6.	Classificação doutrinária	732
1.7.	Causas de aumento de pena	732
1.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	733
1.8.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	733
1.8.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83)	735
1.8.3.	Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98 arts. 4 e 42)	736
1.9.	Potencialidade ofensiva	737
1.10.	Ação penal e competência do juízo	738
2.	Explosão	742
2.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime	743
2.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo	743
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	749
2.4.	Forma privilegiada e majorada e crime culposo Modalidade privilegiada	749
2.5.	Consumação e tentativa	750
2.6.	Classificação doutrinária	751
2.7.	Causas de aumento de pena	752
2.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	753
2.8.1.	Crime do Código Penal Militar	753
2.8.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83)	754
2.8.3.	Crime relativo às minas terrestres antipessoais (Lei nº 10.300/01	755
2.8.4.	Contravenção do art. 28 parágrafo único, do Decreto-lei nº 3.688/4	756
2.9.	Potencialidade ofensiva	757
2.10.	Ação penal e competência do juízo	758
3.	Uso de gás tóxico ou asfixiante	759
3.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime	759
3.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo	759
3.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	761
3.4.	Consumação e tentativa	762
3.5.	Classificação doutrinária	763
3.6.	Causas de aumento de pena	763
3.7.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	764
3.7.1.	Crime do Código Penal Militar	764
3.7.2.	Crimes da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98)	765
3.7.3.	Crime relativo ao uso de armas químicas	765
3.7.4.	Contravenção do art. 3 do Decreto-lei nº 3.688/41	766
3.8.	Potencialidade ofensiva	767
3.9.	Ação penal e competência do juízo	768
4.	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	768
4.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime	769
4.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo	769
4.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	770
4.4.	Classificação doutrinária	770
4.5.	Consumação e tentativa	771
4.6.	Causas de aumento de pena	772
4.7.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	772

4.7.1.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83).....	772
4.7.2.	Crime do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).....	773
4.7.3.	Crime do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90)	775
4.7.4.	Crimes relativos a atividades nucleares (Lei nº 6.453/77)	775
4.8.	Potencialidade ofensiva	776
4.9.	Ação penal e competência do juízo	776
5.	Inundação	776
5.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	776
5.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	777
5.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	778
5.4.	Consumação e tentativa	779
5.5.	Classificação doutrinária.....	781
5.6.	Causas de aumento de pena	781
5.7.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	782
5.7.1.	Crime do Código Penal Militar	782
5.7.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83).....	783
5.8.	Potencialidade ofensiva	783
5.9.	Ação penal e competência do juízo	784
5.10.	Tópico especial: responsabilidade penal na tragédia de Mariana/MG.....	784
6.	Perigo de inundação	786
6.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	786
6.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	786
6.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	788
6.4.	Consumação e tentativa	788
6.5.	Classificação doutrinária.....	789
6.6.	Causas de aumento de pena	789
6.7.	Crime do Código Penal Militar	790
6.8.	Potencialidade ofensiva	791
6.9.	Ação penal e competência do juízo	791
7.	Desabamento ou desmoronamento	791
7.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	792
7.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	792
7.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	793
7.4.	Crime culposo	794
7.5.	Consumação e tentativa	794
7.6.	Classificação doutrinária	795
7.7.	Causas de aumento de pena	795
7.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	796
7.8.1.	Crime previsto no Código Penal Militar (CPM)	796
7.8.2.	Infração da Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688/41)	797
7.9.	Potencialidade ofensiva	797
7.10.	Ação penal e competência do juízo	798
8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	799
8.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	799
8.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	799
8.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	802

8.4.	Consumação e tentativa	802
8.5.	Classificação doutrinária	805
8.6.	Causas de aumento de pena	806
8.7.	Crime do Código Penal Militar	806
8.8.	Potencialidade ofensiva	808
8.9.	Ação penal e competência do juízo	808
9.	Difusão de doença ou praga	809
9.1.	Bem jurídico protegido, objeto material do crime e revogação tácita do art. 25 do CP	809
9.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	810
9.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	811
9.4.	Consumação e tentativa	811
9.5.	Classificação doutrinária	811
9.6.	Causas de aumento de pena	812
9.7.	Crime do Código Penal Militar	812
9.8.	Potencialidade ofensiva	813
9.9.	Ação penal e competência do juízo	813

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS..... 815

Marcus Mota Moreira Lopes

1.	Perigo de desastre ferroviário	815
1.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	815
1.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	817
1.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	819
1.4.	Crime qualificado (pelo resultado mais gravoso) e crime culposo	819
1.5.	Consumação e tentativa	820
1.6.	Classificação doutrinária	821
1.7.	Causas de aumento de pena	822
1.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	823
1.8.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	823
1.8.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83).....	824
1.9.	Potencialidade ofensiva	825
1.10.	Ação penal e competência do juízo	826
2.	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	827
2.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	828
2.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	829
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	832
2.4.	Crime qualificado (pelo resultado mais gravoso) e crime culposo	833
2.5.	Consumação e tentativa	834
2.6.	Classificação doutrinária	835
2.7.	Causas de aumento de pena	835
2.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	836
2.8.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	836
2.8.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83).....	837
2.8.3.	Infrações da Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688/41).....	837
2.8.4.	Crime previsto na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06)	838

2.8.5.	Crimes previstos na Lei de responsabilidade civil e criminal por atos relacionados a atividades nucleares (Lei nº 6.453/77)	838
2.9.	Potencialidade ofensiva	839
2.10.	Ação penal e competência do juízo	840
3.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	844
3.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	844
3.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	844
3.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	845
3.4.	Crime qualificado (pelo resultado mais gravoso) e crime culposo	846
3.5.	Consumação e tentativa	847
3.6.	Classificação doutrinária	847
3.7.	Causas de aumento de pena	847
3.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	848
3.8.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	848
3.8.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83).....	849
3.8.3.	Crimes previstos na Lei de responsabilidade civil e criminal por atos relacionados a atividades nucleares (Lei nº 6.453/77)	849
3.9.	Potencialidade ofensiva	849
3.10.	Ação penal e competência do juízo	850
4.	Arremesso de projétil	850
4.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	851
4.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	851
4.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	852
4.4.	Consumação e tentativa	853
4.5.	Crime qualificado e causa de aumento de pena (pelo resultado mais gravoso).....	854
4.6.	Classificação doutrinária	855
4.7.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	856
4.7.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	856
4.7.2.	Crime previsto no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	856
4.8.	Potencialidade ofensiva	856
4.9.	Ação penal e competência do juízo	857
5.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.....	857
5.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	857
5.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	858
5.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	860
5.4.	Consumação e tentativa	860
5.5.	Classificação doutrinária	861
5.6.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	862
5.6.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	862
5.6.2.	Crime da Lei da Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170/83).....	863
5.6.3.	Crimes previstos na Lei de responsabilidade civil e criminal por atos relacionados a atividades nucleares (Lei nº 6.453/77)	863
5.7.	Potencialidade ofensiva	864
5.8.	Ação penal e competência do juízo	864
6.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	865

6.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	865
6.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	865
6.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	870
6.4.	Consumação e tentativa	870
6.5.	Classificação doutrinária	871
6.6.	Causa de aumento de pena	871
6.7.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	872
6.7.1.	Crime previsto no Código Penal Militar	872
6.7.2.	Crimes contra as telecomunicações	873
6.8.	Potencialidade ofensiva.....	876
6.9.	Ação penal e competência do juízo	876

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA..... 879

Marcus Mota Moreira Lopes

1.	Epidemia	879
1.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	879
1.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	879
1.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	881
1.4.	Consumação e tentativa	881
1.5.	Forma majorada (crime hediondo) e crime culposo qualificado	882
1.6.	Classificação doutrinária	886
1.7.	Causas de aumento de pena	886
1.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	887
1.8.1.	Crimes do Código Penal Militar	887
1.9.	Potencialidade ofensiva.....	888
1.10.	Ação penal e competência do juízo	888
2.	Infração de medida sanitária preventiva.....	889
2.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	889
2.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	889
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	894
2.4.	Consumação e tentativa	895
2.5.	Classificação doutrinária	896
2.6.	Causa de aumento de pena.....	896
2.7.	Potencialidade ofensiva	896
2.8.	Ação penal e competência do juízo	897
3.	Omissão de notificação de doença.....	898
3.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	898
3.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	898
3.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	899
3.4.	Consumação e tentativa	899
3.5.	Classificação doutrinária	901
3.6.	Causas de aumento de pena	902
3.7.	Crime assemelhado do Código Penal Militar.....	902
3.8.	Potencialidade ofensiva	903
3.9.	Ação penal e competência do juízo	903
4.	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	904

4.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	904
4.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	904
4.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	907
4.4.	Consumação e tentativa	907
4.5.	Forma equiparada e crime culposos	907
4.6.	Classificação doutrinária	908
4.7.	Causas de aumento de pena	909
4.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	910
4.8.1.	Crimes do Código Penal Militar	910
4.8.2.	Crimes de genocídio (arts. 1 a 3 da Lei nº 2.889/56).....	911
4.9.	Potencialidade ofensiva	912
4.10.	Ação penal e competência do juízo	913
5.	Corrupção ou poluição de água potável.....	914
5.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	914
5.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	914
5.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	915
5.4.	Consumação e tentativa	915
5.5.	Crime culposos	916
5.6.	Classificação doutrinária	916
5.7.	Causas de aumento de pena	916
5.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	917
5.8.1.	Crimes do Código Penal Militar	917
5.8.2.	Crime da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).....	918
5.9.	Potencialidade ofensiva	919
5.10.	Ação penal e competência do juízo	919
6.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	920
6.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	920
6.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	922
6.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	923
6.4.	Consumação e tentativa	923
6.5.	Formas assemelhadas e crime culposos Crimes assemelhados	925
6.6.	Classificação doutrinária	925
6.7.	Causas de aumento de pena	926
6.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	927
6.8.1.	Crimes do Código Penal Militar	927
6.8.2.	Crime contra a economia popular (Lei nº 1.521/51).....	927
6.9.	Potencialidade ofensiva	928
6.10.	Ação penal e competência do juízo	928
7.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	929
7.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	930
7.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	933
7.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	936
7.4.	Formas assemelhadas, crime culposos, e discussão sobre a inconstitucionalidade da criminalização	936
7.5.	Consumação e tentativa	948

7.6.	Classificação doutrinária	953
7.7.	Causas de aumento de pena	953
7.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	954
7.8.1.	Crimes do Código Penal militar	954
7.8.2.	Crime contra a economia popular (Lei nº 1.521/51)	955
7.9.	Potencialidade ofensiva	955
7.10.	Ação penal e competência do juízo	956
8.	Emprego de processo proibido ou desubstância não permitida	960
8.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	960
8.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	960
8.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	961
8.4.	Consumação e tentativa	962
8.5.	Classificação doutrinária	962
8.6.	Causas de aumento de pena	962
8.7.	Crime contra a economia popular (art. 2 da Lei nº 1.521/51)	963
8.8.	Potencialidade ofensiva	963
8.9.	Ação penal e competência do juízo	964
9.	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	964
9.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	964
9.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	965
9.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	965
9.4.	Consumação e tentativa	966
9.5.	Classificação doutrinária	966
9.6.	Causas de aumento de pena	966
9.7.	Crime da Lei nº 8.078/9 (Código de Defesa do Consumidor)	967
9.8.	Potencialidade ofensiva	968
9.9.	Ação penal e competência do juízo	968
10.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores.....	969
10.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	969
10.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	969
10.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	970
10.4.	Consumação e tentativa	970
10.5.	Classificação doutrinária	970
10.6.	Causas de aumento de pena	971
10.7.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	971
10.7.1.	Crime contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/90)	971
10.7.2.	Crime contra a economia popular (Lei nº 1.521/51)	972
10.8.	Potencialidade ofensiva	972
10.9.	Ação penal e competência do juízo	973
11.	Substância destinada à falsificação	973
11.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	973
11.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	974
11.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	974
11.4.	Consumação e tentativa	975
11.5.	Classificação doutrinária	975
11.6.	Causas de aumento de pena	976
11.7.	Potencialidade ofensiva	976
11.8.	Ação penal e competência do juízo	977

12.	Outras substâncias nocivas à saúde pública	977
12.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	978
12.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	978
12.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	979
12.4.	Consumação e tentativa	979
12.5.	Crime culposos	979
12.6.	Classificação doutrinária	980
12.7.	Causas de aumento de pena	980
12.8.	Infrações penais assemelhadas da legislação específica	981
12.8.1.	Tráfico de drogas e oferta a consumo para pessoa de seu relacionamento (art. 33 <i>caput</i> , e § 3º, da Lei nº 11.343/06).....	981
12.8.2.	Crime previsto na Lei nº 7.802/8 (Lei dos agrotóxicos).....	982
12.9.	Potencialidade ofensiva	983
12.10.	Ação penal e competência do juízo	984
13.	Substância avariada.....	984
14.	Medicamento em desacordo com receita médica	986
14.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	986
14.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	986
14.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	987
14.4.	Consumação e tentativa	987
14.5.	Crime culposos	988
14.6.	Classificação doutrinária	988
14.7.	Causas de aumento de pena	989
14.8.	Potencialidade ofensiva	989
14.9.	Ação penal e competência do juízo	990
14.10.	Comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes (revogado)	991
15.	Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica.....	991
15.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	991
15.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	991
15.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	993
15.4.	Consumação e tentativa	993
15.5.	Classificação doutrinária	994
15.6.	Causas de aumento de pena	994
15.7.	Contravenção penal (art. 4 do Decreto-lei nº 3.688/41)	995
15.8.	Potencialidade ofensiva	995
15.9.	Ação penal e competência do juízo	996
16.	Charlatanismo	996
16.1.	Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	997
16.2.	Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	997
16.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo	998
16.4.	Consumação e tentativa	998
16.5.	Classificação doutrinária	999
16.6.	Causas de aumento de pena	999
16.7.	Potencialidade ofensiva	1000
16.8.	Ação penal e competência do juízo	1000

17. Curandeirismo	1001
17.1. Bem jurídico protegido e objeto material do crime.....	1001
17.2. Tipo penal objetivo e tipo penal subjetivo.....	1001
17.3. Sujeito ativo e sujeito passivo	1002
17.4. Consumação e tentativa	1003
17.5. Classificação doutrinária	1003
17.6. Causas de aumento de pena	1004
17.7. Potencialidade ofensiva	1004
17.8. Ação penal e competência do juízo	1004

TÍTULO IX – DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA 1009

Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos

1. Introdução	1009
1.1. Generalidades.....	1009
1.2. Objetividade jurídica	1010
1.3. Sujeitos do crime.....	1011
1.4. Tipo subjetivo	1011
1.5. Consumação e tentativa	1011
1.6. Classificação doutrinária	1011
1.7. Concurso de crimes.....	1012
1.8. Confronto.....	1012
2. Incitação ao crime.....	1013
2.1. Generalidades.....	1013
2.2. Objetividade jurídica	1013
2.3. Sujeitos do crime.....	1014
2.4. Tipo objetivo	1014
2.5. Tipo subjetivo	1015
2.6. Consumação e tentativa	1015
2.7. Classificação doutrinária	1016
2.8. Concurso de crimes.....	1016
2.9. Confronto.....	1016
2.10. Pena	1020
2.11. Questões processuais.....	1020
3. Apologia de crime ou criminoso	1021
3.1. Generalidades.....	1021
3.2. Objetividade jurídica	1022
3.3. Sujeitos do crime.....	1022
3.4. Tipo objetivo	1023
3.5. Tipo subjetivo	1026
3.6. Consumação e tentativa	1026
3.7. Classificação doutrinária	1027
3.8. Concurso de crimes.....	1027

3.9.	Confronto.....	1027
3.10.	Pena.....	1028
3.11.	Questões processuais.....	1028
4.	Associação criminosa.....	1029
4.1.	Impactos da Lei nº 12.850/201 no ordenamento jurídico brasileiro: associação criminosa ao invés de quadrilha ou bando – o novo art. 28 do Código penal.....	1030
4.2.	Generalidades.....	1031
4.3.	Objetividade jurídica.....	1034
4.4.	Sujeitos do crime.....	1035
4.5.	Tipo objetivo.....	1035
4.6.	Tipo subjetivo.....	1038
4.7.	Consumação e tentativa.....	1039
4.8.	Classificação doutrinária.....	1041
4.9.	Concurso de crimes.....	1041
4.10.	Confronto.....	1044
4.11.	Pena.....	1046
4.11.1.	Redução de pena por colaboração premiada.....	1048
4.12.	Questões processuais.....	1050
5.	Modalidades de organização criminosa.....	1052
5.1.	Aspectos criminológicos e político-criminais.....	1055
5.2.	Âmbito e alcance da Lei nº 12.850/2013.....	1065
5.3.	Generalidades sobre os crimes de organização criminosa.....	1068
5.4.	Objetividade jurídica.....	1069
5.5.	Sujeitos do crime.....	1070
5.6.	Tipo subjetivo.....	1070
5.7.	Confronto.....	1072
5.8.	Penas.....	1074
5.9.	Questões processuais.....	1076
5.9.1.	Meios de prova, operacionais e preventivos.....	1078
5.10.	Disposições penais correlatas.....	1084
6.	Constituição de milícia privada.....	1085
6.1.	Generalidades.....	1085
6.2.	Objetividade jurídica.....	1088
6.3.	Sujeitos do crime.....	1088
6.4.	Tipo objetivo.....	1089
6.5.	Tipo subjetivo.....	1092
6.6.	Consumação e tentativa.....	1092
6.7.	Classificação doutrinária.....	1093
6.8.	Concurso de crimes.....	1094
6.9.	Confronto.....	1095
6.10.	Pena.....	1096
6.11.	Questões processuais.....	1096

TÍTULO X – DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA**CAPÍTULO INTRODUTÓRIO..... 1103***Rafael Santana*

1. Considerações introdutórias..... 1103

CAPÍTULO I – DA MOEDA FALSA 1109*Rafael Santana*

1. Introdução 1109
2. Moeda falsa..... 1109
- 2.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado 1110
- 2.2. Classificação doutrinária 1110
- 2.3. Sujeitos do crime..... 1110
- 2.4. Elementos objetivos do tipo..... 1110
- 2.5. Elemento subjetivo do tipo 1111
- 2.6. Consumação e tentativa 1111
3. Circulação de moeda falsa..... 1111
- 3.1. Tipo penal..... 1111
- 3.2. Classificação doutrinária 1111
- 3.3. Sujeitos do crime..... 1111
- 3.4. Elementos objetivos do tipo..... 1112
- 3.5. Elemento subjetivo do tipo 1112
- 3.6. Consumação e tentativa 1112
4. Tipo Privilegiado: Restituição à circulação de moeda falsa recebida de boa-fé..... 1112
- 4.1. Tipo penal..... 1112
- 4.2. Classificação doutrinária 1112
- 4.3. Sujeitos do crime..... 1113
- 4.4. Elementos objetivos do tipo..... 1113
- 4.5. Elemento subjetivo do tipo 1113
- 4.6. Consumação e tentativa 1113
5. Fabricação ou emissão irregular de moeda 1113
- 5.1. Tipo penal..... 1113
- 5.2. Classificação doutrinária 1113
- 5.3. Sujeitos do crime..... 1113
- 5.4. Elementos objetivos do tipo..... 1114
- 5.5. Elemento subjetivo do tipo 1114
- 5.6. Consumação e tentativa 1114
6. Desvio e circulação antecipada 1114
- 6.1. Tipo penal..... 1114
- 6.2. Classificação doutrinária 1114
- 6.3. Sujeitos do crime..... 1114
- 6.4. Elementos objetivos do tipo..... 1114
- 6.5. Elemento subjetivo do tipo 1115
- 6.6. Consumação e tentativa 1115

7. Penas, ação penal e competência	1115
8. Crimes assimilados ao de moeda falsa	1115
8.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1116
8.2. Classificação doutrinária	1116
8.3. Sujeitos do crime	1116
8.4. Elementos objetivos do tipo	1116
8.5. Elemento subjetivo do tipo	1117
8.6. Consumação e tentativa	1117
8.7. Tipo qualificado	1117
8.8. Penas e ação penal	1117
9. Petrechos para falsificação de moeda	1117
10. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1118
10.1. Classificação doutrinária	1118
10.2. Sujeitos do crime	1118
10.3. Elementos objetivos do tipo	1118
10.4. Elemento subjetivo do tipo	1118
10.5. Consumação e tentativa	1118
10.6. Penas e ação penal	1119
11. Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	1119
11.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1119
11.2. Classificação doutrinária	1119
11.3. Sujeitos do crime	1119
11.4. Elementos objetivos do tipo	1119
11.5. Elemento normativo do tipo	1120
11.6. Elemento subjetivo do tipo	1120
11.7. Consumação e tentativa	1120
11.8. Tipo privilegiado: recebimento ou utilização dos papéis como dinheiro	1120
11.9. Penas e ação penal	1120
CAPÍTULO II - DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	1123

Rafael Santana

1. Introdução	1123
2. Da falsidade de papéis públicos	1123
2.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1124
2.2. Classificação doutrinária	1124
2.3. Sujeitos do crime	1124
2.4. Elementos objetivos do tipo	1124
2.5. Elemento subjetivo do tipo	1125
2.6. Consumação e tentativa	1126
3. Uso de papéis públicos falsificados e outras condutas equiparadas	1126
3.1. Tipo penal	1126
3.2. Classificação doutrinária	1126
3.3. Sujeitos do crime	1126
3.4. Elementos objetivos do tipo	1126
3.5. Elemento subjetivo do tipo	1127
3.6. Consumação e tentativa	1127

4.	Supressão de carimbo ou sinal de inutilização.....	1127
4.1.	Tipo penal.....	1127
4.2.	Classificação doutrinária.....	1128
4.3.	Sujeitos do crime.....	1128
4.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1128
4.5.	Elementos subjetivos do tipo.....	1128
4.6.	Consumação e tentativa.....	1128
5.	Uso de papéis com supressão de carimbo ou sinal de inutilização.....	1128
5.1.	Tipo penal.....	1128
5.2.	Classificação doutrinária.....	1128
5.3.	Sujeitos do crime.....	1128
5.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1129
5.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1129
5.6.	Consumação e tentativa.....	1129
6.	Uso ou restituição à circulação de papéis recebidos de boa-fé.....	1129
6.1.	Tipo penal.....	1129
6.2.	Classificação doutrinária.....	1129
6.3.	Sujeitos do crime.....	1129
6.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1129
6.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1129
6.6.	Consumação e tentativa.....	1130
6.7.	Penas e ação penal.....	1130
7.	Petrechos de falsificação.....	1130
7.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado.....	1130
7.2.	Classificação doutrinária.....	1131
7.3.	Sujeitos do crime.....	1131
7.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1131
7.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1131
7.6.	Consumação e tentativa.....	1131
7.7.	Penas e ação penal.....	1132

CAPÍTULO III – DA FALSIDADE DOCUMENTAL..... 1133

Rafael Santana

1.	Conceito e requisitos do documento.....	1133
2.	Falsidade material e falsidade ideológica.....	1135
3.	Falsificação de Selo ou Sinal Público.....	1135
3.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado.....	1135
3.2.	Classificação doutrinária.....	1136
3.3.	Sujeitos do crime.....	1136
3.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1136
3.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1136
3.6.	Consumação e tentativa.....	1137
4.	Condutas equiparadas à falsificação de selo ou sinal público.....	1137
4.1.	Tipo penal.....	1137
4.2.	Classificação doutrinária.....	1137

4.3.	Sujeitos do crime.....	1137
4.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1137
4.5.	Elementos subjetivos do tipo.....	1138
4.6.	Consumação e tentativa.....	1138
5.	Pena e ação penal.....	1138
6.	Falsificação de Documento Público.....	1138
6.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado.....	1139
6.2.	Classificação doutrinária.....	1139
6.3.	Sujeitos do crime.....	1139
7.	Elementos objetivos do tipo.....	1139
7.1.	Elemento subjetivo do tipo.....	1140
7.2.	Consumação e tentativa.....	1141
8.	Falsidade de documentos destinados à previdência social.....	1141
8.1.	Tipos penais.....	1141
8.2.	Classificação doutrinária.....	1141
8.3.	Sujeitos do crime.....	1141
8.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1141
8.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1142
8.6.	Consumação e tentativa.....	1142
9.	Pena e ação penal.....	1142
10.	Falsificação de Documento Particular.....	1143
10.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado.....	1143
10.2.	Classificação doutrinária.....	1143
10.3.	Sujeitos do crime.....	1143
10.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1143
10.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1144
10.6.	Consumação e tentativa.....	1144
10.7.	Pena e ação penal.....	1144
11.	Falsidade ideológica.....	1144
11.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado.....	1144
11.2.	Classificação doutrinária.....	1144
11.3.	Sujeitos do crime.....	1145
11.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1145
11.5.	Elementos subjetivos do tipo.....	1145
11.6.	Consumação e tentativa.....	1146
11.7.	Falsidade de registro civil.....	1146
11.8.	Pena e ação penal.....	1146
12.	Falso reconhecimento de firma ou letra.....	1146
12.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado.....	1146
12.2.	Classificação doutrinária.....	1147
12.3.	Sujeitos do crime.....	1147
12.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1147
12.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	1147
12.6.	Consumação e tentativa.....	1147
12.7.	Pena e ação penal.....	1147
13.	Certidão ou Atestado Ideologicamente Falso.....	1148

13.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1148
13.2. Classificação doutrinária	1148
13.3. Sujeitos do crime.....	1148
13.4. Elementos objetivos do tipo.....	1148
13.5. Elemento subjetivo do tipo	1149
13.6. Consumação e tentativa	1149
14. Falsidade Material de Atestado ou Certidão	1149
14.1. Tipo penal.....	1149
14.2. Classificação doutrinária	1149
14.3. Sujeitos do crime.....	1149
14.4. Elementos objetivos do tipo.....	1149
14.5. Elemento subjetivo do tipo	1150
14.6. Consumação e tentativa	1150
14.7. Circunstância Qualificadora.....	1150
14.8. Penas e ação penal.....	1150
15. Falsidade de Atestado Médico	1150
15.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1150
15.2. Classificação doutrinária	1151
15.3. Sujeitos do crime.....	1151
15.4. Elementos objetivos do tipo.....	1151
15.5. Elemento subjetivo do tipo	1151
15.6. Consumação e tentativa	1151
15.7. Circunstância Qualificadora.....	1151
15.8. Penas e ação penal.....	1152
16. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	1152
16.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1152
16.2. Classificação doutrinária	1152
16.3. Sujeitos do crime.....	1152
16.4. Elementos objetivos do tipo.....	1153
16.5. Elemento subjetivo do tipo	1153
16.6. Consumação e tentativa	1153
16.7. Uso para fins comerciais.....	1153
16.8. Penas e ação penal.....	1154
17. Uso de documento falso.....	1154
17.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1154
17.2. Classificação doutrinária	1154
17.3. Sujeitos do crime.....	1154
17.4. Elementos objetivos do tipo.....	1154
17.5. Elemento subjetivo do tipo	1155
17.6. Consumação e tentativa	1155
17.7. Penas e ação penal.....	1155
18. Supressão de documento	1155
18.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1155
18.2. Classificação doutrinária	1156
18.3. Sujeitos do crime.....	1156
18.4. Elementos objetivos do tipo.....	1156

18.5. Elementos subjetivos do tipo	1156
18.6. Consumação e tentativa	1157
18.7. Penas e ação penal.....	1157

CAPÍTULO IV – DE OUTRAS FALSIDADES 1159

Rafael Santana

1. Introdução	1159
2. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	1159
2.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1159
2.2. Classificação doutrinária	1160
2.3. Sujeitos do crime.....	1160
2.4. Elementos objetivos do tipo.....	1160
2.5. Elemento subjetivo do tipo	1160
2.6. Consumação e tentativa	1160
2.7. Tipo privilegiado.....	1160
2.8. Penas e ação penal.....	1161
3. Falsa identidade.....	1161
3.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1161
3.2. Classificação doutrinária	1161
3.3. Sujeitos do crime.....	1161
3.4. Elementos objetivos do tipo.....	1162
3.5. Elemento subjetivo do tipo	1163
3.6. Consumação e tentativa	1163
3.7. Penas e ação penal.....	1163
4. Uso de documento de identidade alheia	1163
4.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1164
4.2. Classificação doutrinária.....	1164
4.3. Sujeitos do crime.....	1164
4.4. Elementos objetivos do tipo.....	1164
4.5. Elemento subjetivo do tipo	1164
4.6. Consumação e tentativa	1164
4.7. Penas e ação penal.....	1165
5. Fraude de lei sobre estrangeiro	1165
5.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1165
5.2. Classificação doutrinária.....	1165
5.3. Sujeitos do crime.....	1165
5.4. Elementos objetivos do tipo.....	1165
5.5. Elementos subjetivos do tipo	1166
5.6. Tipo qualificado	1166
5.7. Consumação e tentativa	1166
5.8. Penas e ação penal.....	1167
6. Simulação de propriedade ou posse em nome de estrangeiro.....	1167
6.1. Tipo penal e bem jurídico tutelado	1167
6.2. Classificação doutrinária.....	1167
6.3. Sujeitos do crime.....	1167

6.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1167
6.5.	Elemento subjetivo do tipo	1168
6.6.	Consumação e tentativa	1168
6.7.	Penas e ação penal.....	1168
6.8.	Tipo penal e bem jurídico tutelado	1168
6.9.	Classificação doutrinária	1169
6.10.	Sujeitos do crime.....	1169
6.11.	Elementos objetivos do tipo.....	1169
6.12.	Elemento subjetivo do tipo	1169
6.13.	Consumação e tentativa	1169
6.14.	Contribuição do funcionário público para o licenciamento ou registro de veículo com sinal de identificação adulterado ou remarcado.....	1169
6.15.	Penas e ação penal.....	1170

CAPÍTULO V – DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO 1171

Rafael Santana

1.	Introdução	1171
2.	Fraudes em certames de interesse público.....	1171
2.1.	Tipo penal e bem jurídico tutelado	1171
2.2.	Classificação doutrinária	1172
2.3.	Sujeitos do crime.....	1172
2.4.	Elementos objetivos do tipo.....	1172
2.5.	Elemento subjetivo do tipo	1173
2.6.	Consumação e tentativa	1173
2.7.	Figura típica equiparada	1174
2.8.	Tipo qualificado: dano à administração pública.....	1174
2.9.	Penas e ação penal.....	1174

TÍTULO XI – DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I – DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL..... 1177

Ivan Luiz da Silva

1.	Fundamentos dogmáticos dos crimes contra a administração pública	1177
1.1.	Considerações preliminares.....	1177
1.2.	Antecedentes e evolução dos crimes contra a Administração Pública no direito penal brasileiro.....	1179
1.3.	Conceito de Administração Pública	1180
1.4.	Conceito de Administração Pública no Código Penal brasileiro	1182
1.5.	Objetividade jurídica nos crimes contra a Administração Pública.....	1184
1.6.	Sujeitos dos crimes contra a Administração Pública.....	1185
1.6.1.	Sujeito ativo	1186
1.6.2.	Sujeito passivo	1186
1.7.	Crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública em geral ..	1187

1.8.	Crimes funcionais: conceito e espécies	1188
1.9.	Conceito de funcionário público no Código Penal brasileiro	1190
1.9.1.	Conceito de funcionário público	1191
1.9.2.	Conceito de funcionário público por equiparação.....	1194
1.9.3.	Conceito de funcionário público estrangeiro	1199
1.9.4.	Circunstância de aumento de pena nos crimes funcionais: art. 327 § 2º, do Código Penal.....	1200
1.9.5.	Aplicação sistemática do conceito de funcionário público no direito penal	1201
1.9.6.	Crime funcional e concurso de pessoas	1202
2.	Ilicitude penal e ilicitude administrativa.....	1203
3.	Crimes contra a Administração pública: considerações especiais.....	1204
3.1.	Elemento típico subjetivo nos crimes contra a Administração Pública	1204
3.2.	Crimes contra a Administração Pública e o princípio da insignificância	1205
4.	Peculato.....	1206
4.1.	Considerações gerais sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral	1207
4.2.	Considerações preliminares.....	1208
4.3.	Antecedentes históricos	1208
4.4.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1210
4.5.	Sujeitos do delito	1211
4.6.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1211
4.6.1.	Peculato – art. 312 <i>caput</i> , do Código Penal.....	1212
4.6.2.	Peculato-furto: art. 312 § 1º, do Código Penal	1215
4.6.3.	Peculato culposo: art. 312 § 2º.....	1216
4.7.	Elemento subjetivo nas modalidades do peculato	1218
4.8.	Consumação e tentativa	1219
4.9.	Causa de aumento de pena.....	1220
4.10.	Extinção da punibilidade.....	1220
4.11.	Penas e aspectos processuais.....	1221
4.12.	Considerações especiais.....	1221
4.12.1.	Peculato e prestação de contas aos órgãos administrativos	1221
4.12.2.	Peculato e prestação de garantia (caução ou fiança)	1221
4.12.3.	Peculato e restituição/ compensação.....	1221
4.12.4.	Peculato e fruição de serviço de outro funcionário público.....	1221
4.12.5.	Peculato e posse decorrente de praxe administrativa	1222
4.12.6.	Peculato e energia como objeto material	1222
4.12.7.	Peculato de uso	1222
4.12.8.	Peculato e princípio da insignificância	1223
4.12.9.	Desvio de recursos para finalidades públicas não configura o crime de peculato	1224
5.	Peculato mediante erro de outrem	1224
5.1.	Considerações Preliminares	1224
5.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1225
5.3.	Sujeitos do delito	1225
5.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1226
5.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1227
5.6.	Causa de aumento de pena.....	1227

5.7.	Consumação e tentativa	1227
5.8.	Pena e aspectos processuais	1228
5.9.	Considerações especiais.....	1228
5.9.1.	Apropriação da coisa móvel em favor da Administração Pública.....	1228
5.9.2.	Peculato de uso	1228
6.	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	1228
6.1.	Considerações preliminares.....	1229
6.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1229
6.3.	Sujeitos do delito	1229
6.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1230
6.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1231
6.6.	Causa de aumento de pena: art. 327 § 1º	1231
6.7.	Consumação e tentativa	1231
6.8.	Pena e aspectos processuais	1231
6.9.	Consideração especial.....	1231
6.9.1.	Interceptação de informação.....	1231
7.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	1232
7.1.	Considerações preliminares.....	1232
7.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1232
7.3.	Sujeitos do delito	1232
7.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1232
7.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1234
7.6.	Causa de aumento de pena: art. 327 § 2º.....	1234
7.7.	Consumação e tentativa	1234
7.8.	Pena e aspectos processuais	1234
8.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1234
8.1.	Considerações preliminares.....	1235
8.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1235
8.3.	Sujeitos e classificação do delito	1235
8.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1236
8.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1237
8.6.	Causa de aumento de pena: art. 327 § 2º	1237
8.7.	Consumação e tentativa	1237
8.8.	Penas e aspectos processuais.....	1238
8.9.	Considerações especiais.....	1238
8.9.1.	Crime subsidiário.....	1238
8.9.2.	Princípio da especialidade.....	1238
9.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1238
9.1.	Considerações preliminares.....	1239
9.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1239
9.3.	Sujeitos do delito	1239
9.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1240
9.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1241
9.6.	Causa de aumento de pena.....	1241
9.7.	Consumação e tentativa	1241
9.8.	Pena e aspectos processuais	1241

9.9.	Considerações especiais.....	1241
9.9.1.	Princípio da especialidade: Presidente da República e prefeitos municipais.....	1241
9.9.2.	Condutas distintas: art. 31 e art. 359-D.....	1242
9.9.3.	Finalidade lícita do emprego irregular de verba pública.....	1242
10.	Concussão e excesso de exação.....	1242
10.1.	Considerações preliminares.....	1242
10.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1243
10.3.	Sujeitos do delito.....	1243
10.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1244
10.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo.....	1245
10.6.	Circunstância de aumento de pena.....	1245
10.7.	Consumação e tentativa.....	1246
10.8.	Pena e aspectos processuais.....	1246
10.9.	Considerações especiais.....	1246
10.9.1.	Distinções entre concussão e outros delitos.....	1246
10.9.2.	Vantagem ilícita destinada à Administração Pública.....	1246
11.	Excesso de exação – Art. 316 § 1 e 2º.....	1246
11.1.	Considerações preliminares.....	1246
11.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1247
11.3.	Sujeitos e classificação do delito.....	1247
11.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1247
11.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo.....	1249
11.6.	Circunstância de aumento de pena.....	1250
11.7.	Modalidade qualificada: desvio de tributo recebido indevidamente – art. 316 § 2º.....	1250
11.8.	Consumação e tentativa.....	1251
11.9.	Pena e aspectos processuais.....	1251
11.10.	Consideração especial.....	1252
11.10.1.	Excesso na cobrança de tarifa e emolumentos.....	1252
12.	Corrupção passiva.....	1252
12.1.	Considerações preliminares.....	1252
12.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1254
12.3.	Sujeitos do delito.....	1255
12.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1256
12.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo.....	1259
12.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 317 § 1º, e art. 327 § 2º, do Código Penal.....	1259
12.7.	Corrupção passiva privilegiada: art. 317 §2 do Código Penal.....	1260
12.8.	Consumação e tentativa.....	1260
12.9.	Pena e aspectos processuais.....	1261
12.10.	Considerações especiais.....	1261
12.10.1.	Distinções entre corrupção passiva e outros delitos.....	1261
12.10.2.	Princípio da especialidade.....	1262
12.10.3.	Corrupção praticada por militar no exercício da função.....	1262
13.	Facilitação de contrabando ou descaminho.....	1262
13.1.	Considerações preliminares.....	1262
13.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1263
13.3.	Sujeitos do crime.....	1263

13.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1263
13.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1264
13.6.	Circunstância de aumento de pena: art. 327 § 2º, do Código Penal.....	1265
13.7.	Consumação e tentativa	1265
13.8.	Pena e aspectos processuais	1265
14.	Prevaricação.....	1265
14.1.	Considerações preliminares.....	1265
14.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1266
14.3.	Sujeitos do delito	1267
14.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1267
14.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1270
14.6.	Circunstância de aumento de pena.....	1270
14.7.	Consumação e tentativa	1270
14.8.	Pena e aspectos processuais	1270
14.9.	Considerações especiais.....	1270
14.9.1.	Princípio da especialidade: prevaricação em lei especial	1270
14.9.2.	Prevaricação e lei inconstitucional.....	1271
14.9.3.	Prevaricação e satisfação de interesse ou sentimento de outrem	1271
14.9.4.	Prevaricação e desobediência a ordem judicial.....	1271
15.	Prevaricação imprópria ou prevaricação de agente penitenciário	1272
15.1.	Considerações preliminares.....	1272
15.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1272
15.3.	Sujeitos do crime.....	1273
15.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1273
15.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1274
15.6.	Consumação e tentativa	1274
15.7.	Pena e aspectos processuais	1275
15.8.	Consideração especial.....	1275
15.8.1.	Prevaricação imprópria e internet	1275
16.	Condescendência criminosa.....	1275
16.1.	Considerações preliminares.....	1275
16.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1276
16.3.	Sujeitos do delito	1276
16.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1277
16.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1278
16.6.	Circunstância de aumento de pena: art. 327 § 2º	1278
16.7.	Consumação e tentativa	1278
16.8.	Pena e aspectos processuais	1279
16.9.	Considerações especiais.....	1279
16.9.1.	Prática de infração <i>extra officium</i>	1279
16.9.2.	Funcionário público condescendente não superior ao funcionário público infrator	1279
17.	Advocacia administrativa.....	1279
17.1.	Considerações preliminares.....	1280
17.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1280
17.3.	Sujeitos do delito	1280

17.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1281
17.5.	Tipo Penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1282
17.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 327 § 2º	1282
17.7.	Advocacia administrativa qualificada	1282
17.8.	Consumação e tentativa	1283
17.9.	Pena e aspectos processuais	1283
17.10.	Considerações especiais.....	1283
17.10.1.	Advocacia administrativa e princípio da especialidade	1283
17.10.2.	Advocacia administrativa e concurso de crimes.....	1284
18.	Violência arbitrária.....	1285
18.1.	Considerações preliminares.....	1285
18.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1286
18.3.	Sujeitos do delito	1287
18.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1287
18.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1288
18.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 327 § 2º.....	1289
18.7.	Consumação e tentativa	1289
18.8.	Pena e aspectos processuais	1289
19.	Abandono de função.....	1289
19.1.	Considerações preliminares.....	1289
19.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1290
19.3.	Sujeitos do delito	1290
19.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1290
19.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1292
19.6.	Modalidades qualificadas: art. 323 § 1 e § 2º	1292
19.7.	Causa de aumento de pena: art. 327 § 2º	1293
19.8.	Consumação e tentativa	1293
19.9.	Pena e aspectos processuais	1293
19.10.	Considerações especiais.....	1294
19.10.1.	Permanência na repartição pública e descumprimento de dever funcional	1294
19.10.2.	Abandono administrativo de cargo público e abandono de função pública: distinções	1294
19.10.3.	Pedido de aposentadoria e abandono de função pública	1294
19.10.4.	Abandono coletivo de função pública	1294
20.	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.....	1295
20.1.	Considerações preliminares.....	1295
20.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1295
20.3.	Sujeitos do delito	1296
20.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1296
20.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1297
20.6.	Causa de aumento de pena: art. 327 § 2º	1298
20.7.	Consumação e tentativa	1298
20.8.	Pena e aspectos processuais	1298
20.9.	Considerações especiais.....	1298
20.9.1.	Prática de ato funcional na aposentadoria	1298
20.9.2.	Prática de ato de ofício durante o afastamento do exercício funcional	1299

21. Violação de sigilo funcional	1299
21.1. Considerações preliminares.....	1299
21.2. Bem jurídico e Classificação do delito.....	1299
21.3. Sujeitos do delito	1300
21.4. Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1301
21.5. Violação do sigilo funcional por meio de sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.....	1302
21.6. Acesso restrito indevidamente utilizado	1303
21.7. Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1303
21.8. Modalidade qualificada: art. 325 § 2º.....	1303
21.9. Consumação e tentativa	1304
21.10. Pena e aspectos processuais	1304
21.11. Considerações Especiais	1304
21.11.1. Funcionário público aposentado e funcionário público exonerado	1304
21.11.2. Crime subsidiário.....	1305
22. Violação do sigilo de proposta de concorrência	1305
23. Funcionário público.....	1306
23.1. Considerações preliminares.....	1306
23.2. Conceito de funcionário público	1306
23.3. Conceito de funcionário público por equiparação.....	1309
23.4. Circunstância de aumento de pena nos crimes funcionais: art. 327 § 2º	1312
23.5. Aplicação sistemática do conceito de funcionário público no direito penal	1313

CAPÍTULO II – DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL 1315

Ivan Luiz da Silva

1. Usurpação de função pública	1315
1.1. Considerações gerais sobre os crimes praticados por particular contra a Administração Pública em geral	1315
1.2. Considerações preliminares.....	1316
1.3. Bem jurídico e classificação do delito.....	1316
1.4. Sujeitos do delito	1316
1.5. Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1317
1.6. Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1318
1.7. Forma qualificada em razão de auferimento de vantagem.....	1318
1.8. Consumação e tentativa	1318
1.9. Pena e aspectos processuais	1319
1.10. Considerações especiais.....	1319
1.10.1. Terceirização do serviço público: conduta atípica	1319
1.10.2. Uso de uniforme ou distintivo de função pública	1319
2. Resistência	1319
2.1. Considerações preliminares.....	1320
2.2. Bem jurídico e classificação do delito.....	1320
2.3. Sujeitos do delito	1321
2.4. Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1321
2.5. Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1324

2.6.	Resistência qualificada	1324
2.7.	Resistência e concurso com outro crime: art. 329 § 2º	1324
2.8.	Consumação e tentativa	1325
2.9.	Pena e aspectos processuais	1325
2.10.	Considerações especiais.....	1325
2.10.1.	Resistência e erro de tipo	1325
2.10.2.	Resistência e princípio da especialidade.....	1326
3.	Desobediência.....	1326
3.1.	Considerações preliminares.....	1326
3.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1327
3.3.	Sujeitos do delito	1327
3.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1328
3.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1329
3.6.	Consumação e tentativa	1329
3.7.	Pena e aspectos processuais	1329
3.8.	Considerações especiais.....	1329
3.8.1.	Existência de previsão legal de sanção extrapenal para o descumprimento da ordem: desnecessidade da intervenção criminal.....	1329
3.8.2.	Fixação de medida coercitiva em ordem judicial para o descumprimento	1330
3.8.3.	Desobediência e direito de não autoincriminação	1330
3.8.4.	Desobediência a proibição de venda e uso de bebida alcoólica em dia de eleição	1330
4.	Desacato.....	1330
4.1.	Considerações preliminares.....	1331
4.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1331
4.3.	Sujeitos do delito	1332
4.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1333
4.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1334
4.6.	Consumação e tentativa	1335
4.7.	Pena e aspectos processuais	1335
4.8.	Considerações especiais.....	1335
4.8.1.	Reação à arbitrariedade de funcionário público: atipicidade do pseudodesacato.....	1335
4.8.2.	Manifestação crítica à atuação funcional não configura desacato	1336
4.8.3.	Desacato e liberdade de expressão.....	1336
5.	Tráfico de influência.....	1336
5.1.	Considerações preliminares.....	1337
5.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1337
5.3.	Sujeitos do delito	1338
5.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1339
5.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1340
5.6.	Circunstância de aumento de pena: art. 332 parágrafo único.....	1340
5.7.	Consumação e tentativa	1341
5.8.	Pena e aspectos processuais	1341
5.9.	Consideração especial	1341
5.9.1.	Acordo prévio entre o traficante de influência e o funcionário público	1341
6.	Corrupção ativa	1341
6.1.	Considerações preliminares.....	1341
6.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1343

6.3.	Sujeitos do delito	1343
6.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1343
6.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1346
6.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 333 parágrafo único	1346
6.7.	Consumação e tentativa	1347
6.8.	Pena e aspectos processuais	1347
6.9.	Considerações especiais.....	1347
6.9.1.	Oferta ou promessa de vantagem para não realização de ato ilegal: conduta atípica	1347
6.9.2.	Entrega de vantagem ilícita solicitada por autor de corrupção passiva	1347
7.	Descaminho	1347
7.1.	Considerações preliminares.....	1348
7.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1348
7.3.	Sujeitos do delito	1349
7.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1349
7.5.	Descaminho por equiparação: art. 334 § 1º.....	1351
7.6.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1353
7.7.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 334 § 3º.....	1354
7.8.	Consumação e tentativa	1354
7.9.	Pena e aspectos processuais	1354
7.10.	Considerações especiais.....	1355
7.10.1.	Apreensão de mercadoria antes de ingressar ou sair do território brasileiro.....	1355
7.10.2.	Descaminho e princípio da insignificância.....	1355
8.	Contrabando	1355
8.1.	Considerações preliminares.....	1356
8.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1357
8.3.	Sujeitos do delito	1357
8.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1358
8.5.	Contrabando ou descaminho por equiparação: art. 334-A, § 1º	1358
8.6.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1363
8.7.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 334-A, § 3º.....	1363
8.8.	Consumação e tentativa	1363
8.9.	Pena e aspectos processuais	1364
8.10.	Considerações especiais.....	1364
8.10.1.	Contrabando e princípio da especialidade.....	1364
8.10.2.	Apreensão de mercadoria antes de ingressar ou sair do território brasileiro.....	1364
8.10.3.	Contrabando para uso próprio e princípio da insignificância	1364
9.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1365
10.	Inutilização de edital ou de sinal	1366
10.1.	Considerações preliminares.....	1366
10.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1367
10.3.	Sujeitos do delito	1367
10.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1367
10.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1369
10.6.	Consumação e tentativa	1370
10.7.	Pena e aspectos processuais	1370

10.8. Consideração especial	1370
10.8.1. Selo ou sinal sem utilidade	1370
11. Subtração ou inutilização de livro ou documento.....	1370
11.1. Considerações preliminares.....	1370
11.2. Bem jurídico e classificação do delito.....	1371
11.3. Sujeitos do delito.....	1371
11.4. Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1372
11.5. Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1373
11.6. Consumação e tentativa	1373
11.7. Pena e aspectos processuais	1373
12. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1373
12.1. Considerações preliminares.....	1374
12.2. Bem jurídico e classificação do delito.....	1374
12.3. Sujeitos do delito	1375
12.4. Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1375
12.5. Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1376
12.6. Consumação e tentativa	1377
12.7. Extinção de punibilidade: art. 337-A, § 1º	1377
12.8. Perdão judicial ou aplicação da pena de multa	1378
12.9. Causa de diminuição de pena: art. 337-A, § 3º.....	1379
12.10. Pena e aspectos processuais	1379
12.11. Considerações especiais.....	1380
12.11.1. Sonegação previdenciária e apuração da infração na via administrativa fiscal ...	1380
12.11.2. Sonegação de contribuição previdenciária e princípio da insignificância	1380
12.11.3. Sonegação de contribuição previdenciária e repatriação de dinheiro	1380

CAPÍTULO II-A – DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA 1381

Ivan Luiz da Silva

1. Corrupção ativa em transação comercial internacional	1381
1.1. Considerações gerais sobre os crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira.....	1381
1.2. Considerações preliminares.....	1382
1.3. Bem jurídico e classificação do delito.....	1382
1.4. Sujeitos do delito	1383
1.5. Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1383
1.6. Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1385
1.7. Circunstância de aumento: art. 337-B, parágrafo único, do Código Penal	1385
1.8. Consumação e tentativa	1386
1.9. Pena e aspectos processuais	1386
1.10. Consideração especial	1387
1.10.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica e a Administração Pública estrangeira	1387
2. Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	1387
2.1. Considerações preliminares.....	1387

2.2.	Bem jurídico e classificação doutrinária.....	1388
2.3.	Sujeitos do crime.....	1388
2.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1389
2.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1390
2.6.	Circunstância de aumento (art. 337-C, parágrafo único, do Código Penal)	1390
2.7.	Consumação e tentativa	1390
2.8.	Pena e aspectos processuais	1391
2.9.	Consideração especial.....	1391
2.9.1.	Conduta do comprador de influência: fato atípico	1391
3.	Funcionário público estrangeiro.....	1391
3.1.	Conceito de funcionário público estrangeiro.....	1391

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA..... 1393

Ivan Luiz da Silva

1.	Reingresso de estrangeiro expulso	1393
1.1.	Considerações gerais sobre os crimes contra a administração da Justiça.....	1393
1.2.	Considerações preliminares.....	1394
1.3.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1395
1.4.	Sujeito ativo e sujeito passivo	1395
1.5.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1395
1.6.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1397
1.7.	Consumação e tentativa	1397
1.8.	Pena e aspectos processuais	1397
2.	Denúnciação caluniosa.....	1397
2.1.	Considerações preliminares.....	1398
2.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1399
2.3.	Sujeitos do delito	1399
2.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1400
2.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1403
2.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 339 § 1º.....	1404
2.7.	Circunstâncias de diminuição de pena: Art. 339 § 2º	1404
2.8.	Consumação e tentativa	1404
2.9.	Pena e aspectos processuais	1404
2.10.	Considerações especiais.....	1405
2.10.1.	Denúnciação caluniosa e exercício de direito de petição	1405
2.10.2.	Distinções.....	1406
2.10.3.	Crime de denúnciação caluniosa e inocência do imputado	1406
2.10.4.	Denúnciação caluniosa e autodefesa	1406
3.	Comunicação falsa de crime ou contravenção	1407
3.1.	Considerações preliminares.....	1407
3.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1407
3.3.	Sujeitos do delito	1408
3.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1408
3.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1409
3.6.	Consumação e tentativa	1409
3.7.	Pena e aspectos processuais	1409
3.8.	Considerações especiais.....	1410

3.8.1.	Distinção do crime de denunciação caluniosa para o de comunicação falsa de crime ou contravenção.	1410
4.	Autoacusação falsa	1410
4.1.	Considerações preliminares.....	1410
4.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1411
4.3.	Sujeitos do delito	1411
4.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1411
4.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1412
4.6.	Consumação e tentativa	1413
4.7.	Pena e aspectos processuais	1413
4.8.	Considerações especiais.....	1413
4.8.1.	Retratação do agente	1413
5.	Falso testemunho ou falsa perícia	1413
5.1.	Considerações preliminares.....	1414
5.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1415
5.3.	Sujeitos do delito	1415
5.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1415
5.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1419
5.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 342 § 1º	1419
5.7.	Extinção da punibilidade: art. 342 § 2º	1420
5.8.	Consumação e tentativa	1421
5.9.	Pena e aspectos processuais	1421
5.10.	Considerações especiais.....	1421
5.10.1.	Retratação e irrelevância de sua motivação.....	1421
5.10.2.	Falsidade sobre a qualificação pessoal da testemunha: conduta atípica.....	1422
5.10.3.	Testemunha não compromissada e declarações falsas	1422
5.10.4.	Investigado não se traveste em testemunha	1423
5.10.5.	Falso testemunho e nulidade processual	1424
5.10.6.	Falsidade em inquérito civil público e sindicância administrativa: atipicidade da conduta	1424
6.	Corrupção ativa de testemunho ou perito	1424
6.1.	Considerações preliminares.....	1424
6.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1425
6.3.	Sujeitos do delito	1425
6.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1426
6.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1427
6.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 343 parágrafo único	1427
6.7.	Consumação e tentativa	1427
6.8.	Pena e aspectos processuais	1428
7.	Coação no curso do processo	1428
7.1.	Considerações preliminares.....	1428
7.2.	Bem jurídico e classificação doutrinária	1428
7.3.	Sujeitos do crime.....	1429
7.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1429
7.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1431
7.6.	Consumação e tentativa	1431
7.7.	Pena e aspectos processuais	1431
7.8.	Consideração especial	1431
7.8.1.	Coação no curso do processo e princípio da especialidade	1431

7.8.2.	Coação no curso do processo e coisa julgada	1432
8.	Exercício arbitrário das próprias razões	1432
8.1.	Considerações preliminares	1432
8.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1433
8.3.	Sujeitos do delito	1433
8.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1433
8.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1435
8.6.	Consumação e tentativa	1435
8.7.	Pena e aspectos processuais	1435
8.8.	Consideração especial	1435
8.8.1.	Exercício arbitrário e princípio da especialidade	1435
9.	Subtração, supressão ou dano de coisa própria em poder de terceiro	1436
9.1.	Considerações preliminares	1436
9.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1436
9.3.	Sujeitos do delito	1437
9.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1437
9.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1438
9.6.	Consumação e tentativa	1438
9.7.	Pena e aspectos processuais	1438
10.	Fraude processual	1438
10.1.	Considerações preliminares	1438
10.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1439
10.3.	Sujeitos do delito	1439
10.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1440
10.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1441
10.6.	Circunstâncias de aumento de pena	1442
10.7.	Consumação e tentativa	1442
10.8.	Pena e aspectos processuais	1442
11.	Favorecimento pessoal	1443
11.1.	Considerações preliminares	1443
11.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1444
11.3.	Sujeitos do delito	1444
11.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1444
11.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1446
11.6.	Modalidade privilegiada: art. 348 § 1º	1446
11.7.	Escusa absolutória: art. 348 §2º	1446
11.8.	Consumação e tentativa	1446
11.9.	Pena e aspectos processuais	1447
11.10.	Considerações especiais	1447
11.10.1.	Favorecimento pessoal e participação: distinção	1447
11.10.2.	Favorecimento pessoal e advogado do criminoso	1447
11.10.3.	Favorecimento pessoal e inviolabilidade do domicílio	1447
12.	Favorecimento real	1448
12.1.	Considerações preliminares	1448
12.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1448
12.3.	Sujeitos do delito	1449
12.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1449
12.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1450

12.6.	Consumação e tentativa	1450
12.7.	Pena e aspectos processuais	1451
12.8.	Considerações especiais.....	1451
12.8.1.	Favorecimento real e receptação	1451
12.8.2.	Favorecimento real e favorecimento pessoal	1451
13.	Favorecimento real improprio	1451
13.1.	Considerações preliminares.....	1452
13.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1452
13.3.	Sujeitos do delito	1452
13.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1453
13.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1454
13.6.	Consumação e tentativa	1454
13.7.	Pena e aspectos processuais	1454
14.	Exercício arbitrário ou abuso de poder.....	1454
15.	Fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança	1457
15.1.	Considerações preliminares.....	1457
15.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1458
15.3.	Sujeitos do delito	1459
15.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1459
15.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1461
15.6.	Modalidade qualificada	1461
15.7.	Modalidade culposa	1462
15.8.	Consumação e tentativa	1462
15.9.	Pena e aspectos processuais	1463
15.10.	Consideração especial	1463
15.10.1.	Evasão de preso e alvará de soltura.....	1463
16.	Evasão mediante violência contra a pessoa	1463
16.1.	Considerações preliminares.....	1464
16.2.	Bem jurídico e classificação doutrinária	1464
16.3.	Sujeitos do delito	1465
16.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1465
16.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1466
16.6.	Concurso de penas em razão da violência	1467
16.7.	Consumação e tentativa	1467
16.8.	Pena e aspectos processuais	1467
16.9.	Considerações especiais.....	1467
16.9.1.	Emprego de coação moral: conduta atípica	1467
16.9.2.	Local de cumprimento da privação de liberdade.....	1468
16.9.3.	Evasão de preso e resistência	1468
17.	Arrebatamento de preso	1468
17.1.	Considerações preliminares.....	1468
17.2.	Bem jurídico e classificação doutrinária	1469
17.3.	Sujeitos do crime.....	1469
17.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1470
17.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1471
17.6.	Consumação e tentativa	1471
17.7.	Pena e aspectos processuais	1471
18.	Motim de presos.....	1471

18.1.	Considerações preliminares.....	1471
18.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1472
18.3.	Sujeitos do delito	1472
18.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1473
18.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1473
18.6.	Consumação e tentativa	1474
18.7.	Pena e aspectos processuais	1474
18.8.	Consideração especial.....	1474
18.8.1.	Descumprimento de ordem e vaías.....	1474
19.	Patrocínio infiel, patrocínio simultâneo ou tergiversação	1475
19.1.	Considerações preliminares.....	1475
19.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1476
19.3.	Sujeitos do delito	1476
19.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1476
19.4.1.	Patrocínio infiel	1476
19.4.2.	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	1478
19.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1479
19.6.	Consumação e tentativa	1479
19.7.	Pena e aspectos processuais	1479
19.8.	Considerações especiais.....	1480
19.8.1.	Abandono de processo judicial.....	1480
19.8.2.	Desídia processual	1480
20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	1480
20.1.	Considerações preliminares.....	1480
20.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1481
20.3.	Sujeitos do delito	1481
20.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1481
20.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1482
20.6.	Consumação e tentativa	1483
20.7.	Pena e aspectos processuais	1483
20.8.	Consideração especial.....	1483
20.8.1.	Princípio da especialidade	1483
21.	Exploração de prestígio	1483
21.1.	Considerações preliminares.....	1483
21.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1484
21.3.	Sujeitos do delito	1485
21.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1485
21.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1487
21.6.	Circunstâncias de aumento de pena: art. 357 parágrafo único	1487
21.7.	Consumação e tentativa	1487
21.8.	Pena e aspectos processuais	1487
21.9.	Considerações especiais.....	1488
21.9.1.	Exploração de prestígio e tráfico de influência: distinções	1488
21.9.2.	Meras alegações de prestígio: conduta atípica	1488
22.	Violência ou fraude em arrematação judicial.....	1488
22.1.	Considerações preliminares.....	1488
22.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1489
22.3.	Sujeitos do delito	1489

22.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1489
22.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1490
22.6.	Consumação e tentativa	1490
22.7.	Pena e aspectos processuais	1490
23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	1491
23.1.	Considerações preliminares.....	1491
23.2.	Bem jurídico e classificação doutrinária	1492
23.3.	Sujeitos do delito	1492
23.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1492
23.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1493
23.6.	Consumação e tentativa	1494
23.7.	Pena e aspectos processuais	1494
23.8.	Consideração especial	1494
23.8.1.	Descumprimento de penas alternativas.....	1494

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS 1495

Ivan Luiz da Silva

1.	Contratação de operação de crédito	1495
1.1.	Considerações gerais sobre os crimes contra as finanças públicas.....	1495
1.2.	Considerações preliminares.....	1496
1.3.	Bem jurídico	1496
1.4.	Sujeitos do delito	1497
1.5.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1498
1.6.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1503
1.7.	Consumação e tentativa	1503
1.8.	Pena e aspectos processuais	1504
2.	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	1504
2.1.	Considerações preliminares.....	1504
2.2.	Bem jurídico	1505
2.3.	Sujeitos do delito	1505
2.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1506
2.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1509
2.6.	Consumação e tentativa	1509
2.7.	Pena e aspectos processuais	1509
3.	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	1510
3.1.	Considerações preliminares.....	1510
3.2.	Bem jurídico e classificação do delito.....	1510
3.3.	Sujeitos do delito	1511
3.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1511
3.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1514
3.6.	Consumação e tentativa	1514
3.7.	Pena e aspectos processuais	1515
4.	Ordenação de despesa não autorizada	1515
4.1.	Considerações preliminares.....	1515
4.2.	Bem jurídico protegido e classificação do delito	1515
4.3.	Sujeitos do delito	1516
4.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica.....	1516
4.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1518

4.6.	Consumação e tentativa	1518
4.7.	Pena e aspectos processuais	1518
4.8.	Consideração especial	1519
4.8.1.	Dificuldades orçamentárias	1519
5.	Prestação De Garantia Graciosa	1519
5.1.	Considerações preliminares	1519
5.2.	Bem jurídico e Classificação do delito	1519
5.3.	Sujeitos do delito	1520
5.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1520
5.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1521
5.6.	Consumação e tentativa	1521
5.7.	Pena e aspectos processuais	1522
5.8.	Considerações especiais	1522
5.8.1.	Aceitação de contragarantia inexecutable	1522
5.8.2.	não condicionada à adimplência	1522
6.	Não cancelamento de restos a pagar	1523
6.1.	Considerações preliminares	1523
6.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1523
6.3.	Sujeitos do delito	1524
6.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1525
6.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1526
6.6.	Consumação e tentativa	1526
6.7.	Pena e aspectos processuais	1526
6.8.	Considerações especiais	1527
6.8.1.	Inscrição não superior ao limite permitido: conduta atípica	1527
7.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	1527
7.1.	Considerações preliminares	1527
7.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1528
7.3.	Sujeitos do crime e classificação do delito	1528
7.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1529
7.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1530
7.6.	Consumação e tentativa	1530
7.7.	Pena e aspectos processuais	1531
7.8.	Considerações especiais	1531
7.8.1.	Aumento de despesa com pessoal fora do lapso temporal típico	1531
7.8.2.	Obediência hierárquica	1531
7.8.3.	Art. 359-C e art. 359-G: distinções	1531
8.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	1531
8.1.	Considerações preliminares	1532
8.2.	Bem jurídico e classificação do delito	1532
8.3.	Sujeitos do delito	1532
8.4.	Tipo penal objetivo: elementos da descrição típica	1533
8.5.	Tipo penal subjetivo: elemento típico subjetivo	1534
8.6.	Consumação e tentativa	1534
8.7.	Pena e aspectos processuais	1534